



REDACÇÃO PRINCIPAL  
**ALEXANDRE VIEIRA**  
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho  
EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

Redacção, administração e impressão, Calçada do Cordeiro, 38-A,  
Lisboa — PORTUGAL  
Endereço telegraphico: Talhada-Lisboa — Telefone 5339 O.  
Officinas de impressão — Rua da Atalata, 114 e 116

# A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

## O "dossier" do sr. ministro e as relações internacionais

A propósito da carta que enviou ao *Diário de Notícias* e ao *Mundo*, e que a *Batalha* igualmente publicou, na qual convidava o sr. ministro do interior a apresentar provas testemunhais em documentadas afirmações de que a um redactor do primeiro daqueles jornais fez, relativas a combinações entre o comité central da C. G. T., os comités das classes em greve e não sei que organismos do exterior, sobre as mesmas, um redactor de *O Século* foi entrevistar aquele senhor e eis o que ele respondeu:

«O governo tem conhecimento da existência de entendimentos internacionais, com os convenientes detalhes, mas que constituem dossier secreto e, portanto, nada mais convém desvendar além daquilo que eu já disse. Há vários comités sindicais organizados nas diferentes associações, não me cabendo nem devendo desvendar mais são».

E, a tal respeito, por aqui se quedou o sr. Alves Pedrosa. E' já sabido que a mentira e a falsidade são armas do governantes. Mas devo confessar que, ao escrever a carta que tornei pública, não me afigurou vir a ser confundido, eu e a organização, com as revelações do sr. ministro. Grande ingenuidade!

Este senhor ministro é como todos os outros senhores ministros que o antecederam, e como todos serão todos os ministros que o virão.

«O que ele de mais original apresentou é isto: «Há vários comités sindicais organizados nas diferentes associações»!

Com efeito: há vários comités organizados nas associações, e isto desde a primeira hora da sua existência colectiva. As comissões de estudo, de reclamação, de administração, técnicas, de movimento, de direcção, etc., podem também designadas por comités. No desempenho das funções essas comissões mantêm relações com todos os organismos e indivíduos, para que as suas decisões sejam levadas a bom termo.

Não informaram o sr. ministro de que aqueles comités se podem igualmente chamar comissões e o sr. ministro alvoroçou-se e logo se viu coisas, ligações secretas, místicas, insurreccionais.

E foi quanto de original desatou o sr. ministro! Quanto ao tratado, aos «entendimentos» entre a C. G. T. e elementos internacionais, esses constituem dossier, sem divisão nem mistura de castas ou partidos.

Se esta é a finalidade a atingir, em contraposição ao espírito conservador dos Estados da burguesia, já se vê que as greves, particulares a cada classe e em cada país, são a resultante das condições morais e económicas em que as mesmas se encontram em relação aos donos das indústrias, nas quais essas classes gastam a sua actividade e energia.

As greves que findaram, as que estão em trânsito, como as que surgirem são uma resultante do estado económico em que o país se encontra, graças à ambição que produz o acambramento, à cupidez dos proprietários e industriais que, por serem os donos da produção, só permitem a produção de determinados artigos e na quantidade que melhor convém aos lucros mais avantajados que possam obter e ainda à incapacidade política e administrativa dos governos, pois que improvavelmente tem permitido que se chegasse a um tal profundo estado de miséria.

\*\*\*

Não, a C. G. T. não vive em estado de isolamento em face das Centrais dos outros países, porque esse isolamento equivaleria pouco menos que à sua morte.

Mas, as greves em Portugal, longe de serem determinadas por quaisquer relações internacionais, são antes provocadas ou pelos governantes ou pelos donos das indústrias.

\*\*\*

Significa isto, porém, que a C. G. T. desacompanha o movimento operário emancipador internacional? Negá-lo, seria disparatado. A C. G. T. respeita as decisões do Congresso de Coimbra.

Proceder em contrário era, além do mais, imprudente, uma demonstração de incompetência, de incapacidade e de fraqueza.

## NOTAS & COMENTÁRIOS

Os do «trabalho»...

Dizem-nos da Arcada:

O sr. ministro do trabalho, verificando que a sua secretaria não se cumpria com pontualidade o horário de entrada e saída dos empregados, deu ordens terminantes para a observância das disposições legais que regulam o assunto.

O ministério do trabalho tem tradições, nas quais a mândria entra, em lugar principal. Cóio adrede arranjado para encaixar de criaturas pouco amantes de trabalhar, o ministério intitulado do trabalho nada tem feito que justifique o dispêndio avultado que acarreta. Cremos mesmo que pouco ou nada tem feito. Ora, para que quer o sr. ministro obrigar os rapaziões a entrar à hora? Em que empregariam eles o tempo, naquelas repartições monótonas e inactivas? Deixe-os lá, sr. ministro. Deixe-os dormir em paz o sono da manhã. Ao menos, enquanto dormem não fazem asneiras.

Sanidade pública

E' ainda a Arcada quem nos informa:

O dr. sr. Ricardo Jorge, director geral de saúde, teve ontem, antes de embarcar para o estrangeiro, demorada conferência com o sr. ministro do trabalho acerca da adopção de urgentes medidas de defesa da saúde pública.

E' certo que a saúde pública está precarizada em Lisboa, e já ontem aqui tivemos ensaio de apontar algumas das causas que para esta situação contribuem e contribuem: o pauperismo, a deficiência de limpeza, que é habitual, e ainda agora se agrava por mor da greve dos operários municipais, etc. Mas não há motivo para sustos. O sr. ministro do trabalho receberá do dr. Ricardo Jorge a necessária ciência, habilitando-o a promover uma eficaz defesa contra as epidemias ameaçantes. O dr. Ricardo Jorge é especialista na matéria, e não duvidamos da utilidade que esta sua viagem a Paris trará aos cinquenta e seis contagiados que da Alfama partirão há três dias para o hospital do Rego.

Ja cá se

Ainda a Arcada a falar:

esperava «Em vista dos abusos resultantes do regime do comércio livre o governo vai, segundo consta, fixar um preço máximo para a venda de gêneros de primeira necessidade. Ao que também se diz: estes preços serão: 2000 para cada litro de azeite; 3000 para a manteiga; e 2000 para a carne de porco, toucinho e bafalva. Vai também determinar o arrolamento de gado para evitar a sua saída clandestina para Espanha e serão estabelecidas penalidades para os infractores do diploma que fixar os preços máximos. Diz-se que essas penalidades serão apreensão de gêneros e gado e prisão, não revivível, que nunca será inferior a seis meses».

Este anúncio, que já há tempo esperávamos, dá bem a nota do acerto com que o sr. Oranjo tem dirigido a questão das subsistências no seu desagrado consultado. As tabelas foram suprimidas há bem pouco. «Para quê? Param serem restabelecidas agora, consignando preços escandalosamente superiores aos de há semanas. Esta manifestação de suprema incompetência (se é que se não trata duma farsa para protecção aos assambradores) tem de ser apreciada com mais vagar. E' por isso que reservamos as considerações que o caso nos sugere».

## Os trabalhadores de imprensa e a sua situação económica

A convite de um grupo de profissionais do jornalismo, realiza-se no próximo domingo, pelas 17 horas, na Associação dos Trabalhadores de Imprensa, uma reunião magna dos redactores, reporteiros, informadores e revisores dos jornais diários de Lisboa e correspondentes dos diários do Porto. A reunião é convocada para se tratar da situação em que se encontram os profissionais do jornalismo em face da actual carestia da vida.

Estas tem sido as relações internacionais da C. G. T. portuguesa têm mantido, simples relações de lial camaradagem, sem intuitos agressivos, como os nossos velhacos adversários pretendem que ela tem albergado.

No entanto, talvez que nas torcidas afirmações do sr. ministro exista um fundo de verdade.

«Quem nos garante a nós que a forma intolerante, quasi insulente, com que os governos e os patrões recebem as reclamações dos operários, não obedece a influências internacionais, desejosas de aniquilar as conquistas liberais, democráticas e proletarianas?» Não tivemos nós, ainda há bem pouco tempo, um facto que nos indica que tal hipótese não tem do absurdo?

Não foi o governo quem provocou a greve das classes marítimas? Não havia necessidade havia para a publicação dum decreto extemporâneo?

Se há influências internacionais que provocam a agitação entre as classes operárias, elas são hábilmente postas em acção pelos inimigos da classe trabalhadora.

Mas este já vai longo e trataremos noutro da questão sob este último aspecto.

M. J. de SOUSA

## O dr. Sobral de Campos, escolhido pelo «Comité» da greve para seu advogado, iludida-nos sobre a solução do conflito

A greve marítima, que mereceu à *Batalha* a justa importância e que aqui foi tratada como devia sê-lo, acaba de solucionar-se. Já antes ontem as classes voltaram ao trabalho. Noticiamo-lo, mas não se ficou suficientemente esclarecido sobre a forma porque ao fim se chegou. Razão porque, tendo nós sabido que o advogado do Conselho Jurídico da C. G. P. e nosso amigo dr. Sobral de Campos acompanhara-o como advogado constituído pelo comité da greve, o fomos procurar ontem para que nos iludisse devidamente.

«O caso é interessante, de facto, — começou — e compreendo bem a vossa preocupação e o vosso desejo de ver esclarecido aquilo que porventura não saiu nítido e preciso».

Compreendo a vossa preocupação porque, e agora as classes marítimas não estejam, por ora, filiadas na C. G. T., não pode esta nem pôde a *Batalha*, seu órgão na imprensa, alhear-se da sua vida, da sua actividade, do seu espírito combativo, das suas aspirações e das suas tendências. A C. G. T. — o organismo novo, a ordem nova, a engrenagem de amanhã — não pode, a meu ver, (e a vossa também) desinteressar-se de todos os movimentos de classe, principalmente nesta hora que é bem evidentemente — a hora das classes. Compreendo o vosso desejo de ver esclarecida a solução do conflito porque, tendo-se lá arrastado por tanto tempo com tanta energia e tanta serenidade, não obstante a irreducibilidade do governo e a maneira irritante como este tratou, a solução por acordo surgiu de repente, ao fim de três dias, quasi... por milagre».

«Precisamente isso. — Pois eu vos digo. O conflito marítimo teve a sua solução em bases honestas — nas únicas bases possíveis dentro das circunstâncias em que se encontravam as coisas e no ponto a que essas chegaram. As classes marítimas saíram d'êla de cabeça erguida — posso dizer-lhe afoitamente — tiveram um quasi pleno triunfo. E o governo — único culpado, visto a greve ter nascido directamente do seu inflexível decreto e visto ter feito arrastar o movimento com sua irritante atitude — transigindo, não fez mais do que aquilo que devia fazer: reconhecer o erro praticado, respeitar os interesses criados, os direitos adquiridos de classes laboriosas e cheias de brio, atender aos incalculáveis prejuízos que resultavam do prolongamento da solução de tam grave conflito e harmonizar-se com o espírito jurídico de que se divorciara há muito».

«De resto, — ao contrário do que habitualmente pensam os nossos estadistas — governar é hoje (e vai sendo cada vez mais) — transigir».

«Mas vamos à questão. O decreto que originou a greve dos oficiais da marinha mercante — decreto n.º 6.959 — destinava-se (e isto foi confessado por várias vezes pelo presidente do ministério) unicamente a ter pronto à primeira voz pessoal competente para substituir os oficiais da marinha mercante — só em casos de greve. E' isto mesmo que resulta claro e simples dos considerandos que precedem os seus artigos. Acontece, porém, que em absoluta desarmonia com esses considerandos e com esse espírito o artigo 1.º do citado decreto deixava aos T. M. E. e às empresas de navegação o direito de requisitar à marinha de guerra oficiais e tripulação para os seus barcos».

«Como já notou, em uma entrevista, o meu colega dr. Ribeiro Lopes, que comigo trabalhou neste caso como advogado e consultor jurídico dos oficiais da marinha mercante e que como eu acompanhava toda a questão, — «este princípio sra absurdo, odioso e insubstancial, visto que marinha de guerra e marinha mercante são duas classes cujas zonas de acção são completamente diferentes. Pretender que uma invada a esfêra da outra é dar causa a um tremendo desastre».

— Assim nos parece... Parece a toda a gente de bom senso e com dois dedos de visão. E foi o que se deu. Aquelle artigo 1.º do decreto infeliz, ali metido às marradas aos considerandos que o precediam, dando a essa invasão de classes um carácter odioso, irritante e absurdo, transformando um caso accidental num caso vulgar e com ar de permanência e de usurpação de direitos e interesses adquiridos, chelo de perigos e de armadilhas — aquelle artigo 1.º foi a origem da greve dos oficiais da marinha mercante e de todas as outras classes marítimas que lhes deram solidariedade».

«Reclamou-se, então, a revogação pura e simples do decreto, não é verdade? — Exacto. E, por via disso, a greve continuou, como vimos. Nessa ideia, nessa firme resolução se manifestaram os marítimos. Entramos agora precisamente na última fase do conflito. Aparece a Associação Comercial como mediadora. Escolhem as classes os seus advogados para discussão do decreto e defesa dos seus legítimos direitos. O sr. Mário de Carvalho, delegado da Associação Comercial — que, devo acentuar, se houve no desempenho da sua difícil missão com inteligência, correcção e energia — consegue que o governo se disponha a aclarar o decreto e consegue que essa aclaração seja feita no sentido de se se aplicar a caso de greves ou de falta de inscritos. As classes marítimas, preferindo sempre que o decreto seja revogado, transigem, no entanto, desde que a aclaração se circunscreva apenas ao caso de greve».

Quando se efectuou a reunião com o governo encontravam-se, pois, face a

face, estas propostas e contra-proposta de aclaração do decreto.

Seguiu-se o costume! Espanto do governo, irritação, que não podia ser só a ele a transigir, que perdia o prestigio... etc., etc. Ouvidas, porém, as razões invocadas pelos oficiais da marinha mercante pelas quais se mostravam os riscos da inclusão da hipótese da falta de inscritos, o governo reconheceu tudo isso e lembra (isto só para nós... perder o prestigio...) que essa hipótese seja eliminada e que se assente nesta fórmula: este decreto só se aplica em caso de greve ou caso de falta maior (!). Está bem de ver que tal fórmula foi rudemente atacada, pois, por ser extremamente vaga não só podia nela ser incluída a hipótese — já então rejeitada — da falta de inscritos, como se prestava a muita coisa perigosa. Posta de parte esta fórmula, lembrou o governo esta outra: em casos de greve ou outros idênticos, donde resulte a paralisação da navegação.

«Que não foi aceita... Naturalmente com isto se levaram duas noites de madrugada, duas noites extenuantes, chegando por vezes a parecer que andávamos para trás, que se desafiava o que já se havia feito, que toda a solução era impossível... Chegou-se, porém, ao fim e chegou-se aonde devia chegar-se. Se se tratava de um decreto cujo espírito se não claramente manifestado nos considerando apenas previa o caso de greve; se o artigo 1.º brigava com esse espírito; se se tratava de aclarar e não de prevenir outras hipóteses, de meter matéria nova, de fazer outro decreto, outra coisa não havia a fazer: aceitar os termos em que a questão fora posta pelas classes marítimas. E foi o que sucedeu. Venceu a razão, venceu a verdade, venceu o espírito jurídico».

«E agora? — E agora as classes retomaram o trabalho tranquilamente, pois têm os seus legítimos direitos resguardados, deixando nas mãos dos governos a mesma arma que eles já tinham antes do decreto: a de, em casos de greve, utilizarem oficiais da armada para substituírem os da marinha mercante... E o governo, repito, transigindo, mostrou que, ao menos uma vez, foi capaz de reconhecer um grave erro e de, reconhecido este, não ficar teimosamente afeiçoado a ele às padalhas e desorganizada pelos constantes desastres desta natureza. Aqui tem. Julgo ter dito tudo».

## União dos Sindicatos Operários Conselho de delegados

Reúne hoje, pelas 20 e meia horas, o conselho de delegados deste organismo.

## NO BARREIRO

## Desmentido uma «atoada»

Da Associação da Construção Civil do Barreiro, recebemos a seguinte carta:

«Comradre redactor. — Esta associação protesta energicamente contra a notícia publicada no jornal *O Século*, em que se diz correr o boato que os operários da Construção Civil desistiram de ir para a greve, pois não pensa a classe em nenhum movimento, o que só pode sair da cabeça desses torcedores de greves, lamentando que jornais que dizem defender a ordem estabeleçam a confusão dentro do país. Não sabemos com que intuito teria o *O Século* tal notícia ou quem forjou tal boato. Talvez se enganem no número da porta pois que as classes operárias não precisam que o *O Século* arme em fabricante de greves».

«Saúde e solidariedade. — O presidente da direcção».

Quando em 5 do corrente parte do pessoal desta Companhia se declarou em greve, estava o Conselho de Administração da Companhia presidida negociando com o governo da República a concessão do aumento de sobretaxa necessário para fazer face aos aumentos da Companhia para se poderem fazer as indispensáveis obras de primeiro estabelecimento e para se poder melhorar a situação do seu pessoal, que estava sendo estudada por apoio a ser resolvida equitativamente».

O governo da República está na disposição de conceder a sobretaxa que se pediu e a Companhia resolveu a fazer os aumentos que já julgava justos antes da greve, mas nem ella nem o governo estão na disposição de fazer essas concessões a qualquer dos serviços de transporte se não normalizem».

«Esta a situação, e por isso o Conselho de Administração da C. P. convém os que tem forte de propósito abandonaram o serviço, a retomá-lo até às 11 horas do dia 15 do corrente, exceto aqueles que praticaram actos de sabotagem».

Depois desta data entende-se que os agentes não apresentem se considerem riscados dos quadros da Companhia».

«Ao pessoal que se tem manifestado em serviço, enuncia o Conselho de Administração os seus louvores, porque se é certo que é esse o seu dever, e até o seu interesse, não é menos certo que para se manter em tal estado de resistência a ameaças, insinuações maliciosas e a toda a sorte de sollicitações para o desviar do bom caminho».

A apresentação dos agentes deverá ser feita aos seus superiores hierárquicos, que inscreverão as apresentações em um registo e as comunicarão superiormente».

Consideram-se terminadas todas as licenças concedidas até esta data.

Lisboa, 12 de Outubro de 1920. — O presidente do Conselho de Administração, José Adolfo de Melo Sousa».

Porque está algum pessoal ao serviço

Fomos procurados por uma comissão de ferroviários da C. P. para nos esclarecer que a maior parte do pessoal que se encontra ao serviço, trazendo assim o movimento grevista dos seus camaradas não o faz com o intuito de zelar o governo, a companhia ou o público, mas sim para servir os seus interesses pessoais pois não pode abandonar as lutas que constantemente recebe em prejuízo do

## Mantém-se o movimento dos ferroviários

## O desastre no vapor «Minho»

A greve dos ferroviários continua, mantendo-se na mesma solidariedade e com o mesmo entusiasmo do primeiro dia.

As notícias em contrário, vindas das regiões oficiais, em nada modificam o moral dos milhares de grevistas, que se conservam animados do desejo de prosseguir até à vitória final.

A propósito da desgraça sucedida há dias no vapor *Minho*, e a que ontem nos referimos, apesar do desmentido, sabemos que houve mortos, vindo já um nome a público, como se verá da nota do comité central, assim como de um outro, cuja identidade não se pôde conseguir, e a que a *Pátria* aludiu.

A este infuasto acontecimento, nos referiremos, como merece.

## Nota officiosa

Do Comité Central dos Ferroviários de Portugal

Apesar das notícias em contrário, mantêm-se a situação dos dias anteriores, agravada pela publicação dos decretos 7014, 7015 e 7016, que provocou no pessoal ferroviário do Estado a maior indignação. Sobre esses decretos, cumpre-nos novamente informar o público que a subvenção a que o decreto 7015 se refere, é a subvenção de 24900 que o pessoal auferia antes da declaração de greve, havendo apenas a diferença de ser essa subvenção elevada a 30900 para os empregados que não tinham direito a diuturnidade ou apenas um período. O 7014 constitui uma comissão em condições deprementes para os ferroviários, tirando-lhes o direito de petição livre e de se organizarem como todas as outras classes. O 7015 agrava consideravelmente as disposições disciplinares do respectivo regulamento, equiparando-o, em grande parte, com as leis militares, deixando o pessoal sem o mais leve direito de defesa que lhe é completamente retirado.

Sobre o pessoal da Companhia Portuguesa, o governo mantém a sua atitude anterior, tendo exigido da Companhia a publicação dum aviso-convite para apresentação dos grevistas, até amanhã, às 11 horas, sendo considerados fora dos quadros da Companhia os que se não apresentarem, repetindo-se assim a mesma imposição que foi feita aos ferroviários do Estado. Continua encerrado, arbitrariamente, o sindicato ferroviário da C. P., a Associação dos Ferroviários do Sul e Sueste e a União Ferroviária do Porto. Por este motivo, reintram na Associação do Pessoal da Companhia dos Tabacos, os ferroviários da C. P., que resolveram não fazer a sua apresentação no dia 15 e manter-se em greve até à conclusão do conflito, como também só retomarem o serviço quando as reclamações dos ferroviários do Estado sejam completamente atendidas, atitude que estes por sua vez tomaram para com os da C. P.

As tentativas para apresentação do pessoal de máquinas na C. P. continuam infrutíferas, visto este pessoal estar na disposição de acompanhar o movimento até à sua solução final. No Setil, Entrancamento, Alfairos, Ovar, Torre das Vargens e Gaia, a greve mantém-se, sendo o moral do pessoal excelente.

Nas linhas do Sul e Sueste o movimento continua radicado no espírito dos ferroviários. Em Faro e Beja a greve prossegue com toda a energia. A notícia da delação dos jornais de Évora está deturpada, pois que o pessoal dal encontra-se como o restante na disposição de não se apresentar ao serviço, enquanto as reclamações não forem atendidas.

No dia 11 do corrente a máquina que

reboava um comboio para Setúbal, desbaratou a saída do Barreiro, tendo por isso os passageiros de regressar a Lisboa. Antecedeu fez-se um comboio de pagamento seguindo nele o pagador Matias, mas não produzindo efeito no pessoal, que se recusou a receber, tendo-o apenas feito alguns reformados.

Na noite do dia 11 esteve imminente um choque de comboios entre a Moita e Pinhal Novo, tendo sido evitado por uma guarda-barreira grevista, que, apesar de ter sido expulsa da sua residência pela força armada, obedeceu ao sentimento de humanidade, fazendo um oportuno sinal de paragem, conseguindo assim evitar o desastre.

Sobre as vítimas ocasionadas pelo abaloamento do vapor *Minho* com o ponto do Seixal, este Comité, contra todos os desmentidos oficiais opostos na imprensa, continua a afirmar que houve mortes, ocasionadas pela queda, de sobre a ponte, de alguns passageiros ao rio. Entre outros factos que são do conhecimento deste Comité, citaremos o nome duma das vítimas, que foi uma criança de 10 anos, de nome Manuel Rita, filho de Maria Rita, que embarcou em Faro com a mãe: com destino a Lisboa, no dia 6, chegando ao Barreiro na data do desastre. Além deste, outros factos há mais que comprovam o ter havido vítimas, pois que no Barreiro foram requisitadas as macas da Cruz Vermelha para Coima, a fim de recolherem um ou mais cadáveres, que ali foram arrojados pelo rio. Os jornais do dia 4 a seguir ao desastre foram impedidos de circular na vila, estando também impedida a aproximação de populares da estação do Barreiro, nas proximidades do local do sinistro, estando também impedida a entrada no cemitério do Barreiro.

Estas afirmações assumem deletras inteira responsabilidade este Comité que, perante um tribunal, depois de liquidado o conflito, assumirá as mesmas responsabilidades na pessoa de um ferroviário para esse fim previamente indicado. O jornal *A Pátria* do dia 11 anunciou também o desaparecimento de um passageiro.

Este Comité deve também declarar que as classes marítimas retomaram o serviço, depois de oferecimento do seu ponto material para a continuação da greve, tendo sido tomada em consideração não foi julgada necessário, visto os ferroviários em greve disporem da força suficiente. Em vista destas declarações, as classes marítimas só apoiarão os ferroviários se esse apoio lhes for solicitado. — O Comité Central dos ferroviários de Portugal

## Normalização e... «lutas»

Dizem-nos das Caldas da Rainha que o comboio 212, procedente de Alfairos, chegou ali antecedeu, já com um atraso de 1.50, partindo às 4.45. A locomotiva era tripulada pelo maquinista Inocência, que teve um gesto admirável de desinteresse... Há alguns dias que estavam naquela estação dois vagões com gado destinados a Malveira e o respectivo dono, quasi de mãos postas, pediu ao maquinista para lhe conduzir os vagões, ao que se negou. Porém, como o negociante lhe desse 4000, o gado seguiu o seu destino.

Ora diz aquele maquinista que o ordenado lhe chega, mas não deixou de receber as lutas.

Diz-nos ainda o nosso informador que o serviço de tracção naquela estação é feito por duas mulheres, pois que as camaradas maquinistas e de trens estão dispostas a lutar até à vitória.

A Ordem Geral do Conselho de Administração n.º 87, que a seguir publicamos, é da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, fazendo-o em virtude do contrato existente entre a *Batalha* e aquela Companhia:

Quando em 5 do corrente parte do pessoal desta Companhia se declarou em greve, estava o Conselho de Administração da Companhia presidida negociando com o governo da República a concessão do aumento de sobretaxa necessário para fazer face aos aumentos da Companhia para se poderem fazer as indispensáveis obras de primeiro estabelecimento e para se poder melhorar a situação do seu pessoal, que estava sendo estudada por apoio a ser resolvida equitativamente».

O governo da República está na disposição de conceder a sobretaxa que se pediu e a Companhia resolveu a fazer os aumentos que já julgava justos antes da greve, mas nem ella nem o governo estão na disposição de fazer essas concessões a qualquer dos serviços de transporte se não normalizem».

«Esta a situação, e por isso o Conselho de Administração da C. P. convém os que tem forte de propósito abandonaram o serviço, a retomá-lo até às 11 horas do dia 15 do corrente, exceto aqueles que praticaram actos de sabotagem».

Depois desta data entende-se que os agentes não apresentem se considerem riscados dos quadros da Companhia».

«Ao pessoal que se tem manifestado em serviço, enuncia o Conselho de Administração os seus louvores, porque se é certo que é esse o seu dever, e até o seu interesse, não é menos certo que para se manter em tal estado de resistência a ameaças, insinuações maliciosas e a toda a sorte de sollicitações para o desviar do bom caminho».

A apresentação dos agentes deverá ser feita aos seus superiores hierárquicos, que inscreverão as apresentações em um registo e as comunicarão superiormente».

Consideram-se terminadas todas as licenças concedidas até esta data.

Lisboa, 12 de Outubro de 1920. — O presidente do Conselho de Administração, José Adolfo de Melo Sousa».

Porque está algum pessoal ao serviço

Fomos procurados por uma comissão de ferroviários da C. P. para nos esclarecer que a maior parte do pessoal que se encontra ao serviço, trazendo assim o movimento grevista dos seus camaradas não o faz com o intuito de zelar o governo, a companhia ou o público, mas sim para servir os seus interesses pessoais pois não pode abandonar as lutas que constantemente recebe em prejuízo do



